

# A RELAÇÃO PSIQUE-MUNDO: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS<sup>1</sup>

Marion Minerbo<sup>2</sup>  
Latife Yazigi<sup>3</sup>

## Resumo

Este trabalho estuda a relação psique-mundo em quatro versões epistemológicas tendo como eixo condutor um caso de compulsão a comprar. A primeira enfoca a psique em nível individual privilegiando a noção de conflito, defesa e solução sintomática. A segunda considera os estressores socioculturais da cultura do narcisismo e seus reflexos sobre a família edipiana. A terceira entende a psique em sua dimensão simbólica, considerando a sociedade de consumo deste ponto de vista. A quarta aborda a psique enquanto estrutura inconsciente de uma época. Neste sentido, a pós-modernidade e sua psicopatologia específica são relacionadas a uma forma simbólica historicamente nova. Cada versão produz uma interpretação diferente do caso clínico.

## Introdução

Este trabalho enfoca quatro abordagens epistemológicas possíveis sobre a relação entre psique e mundo. O fio condutor do estudo é o caso de uma paciente (Bia) que apresentou, a partir de certo ponto do processo analítico, uma compulsão a comprar roupas de *griffe*. Este sintoma, para além do sentido que assume nesta análise, nos obrigou a formular uma questão-problema: como um comportamento comum, culturalmente determinado, pode tornar-se sintomático - no caso de Bia, mas também em geral. Em outras palavras, *quais as condições de possibilidade da compulsão a comprar roupas de griffe*.

<sup>1</sup> Este trabalho foi originalmente publicado na *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 32 (3): 507-525, 1998.

<sup>2</sup> Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Doutora em medicina pela Unifesp.

<sup>3</sup> Candidata do Instituto de Psicanálise, Prof. Titular do Departamento de Psiquiatria da Unifesp.

Assim, não se trata propriamente de um estudo de caso - nosso tema não é a análise de Bia - nem de um estudo sobre a compulsão a comprar. É um estudo teórico da relação psique-mundo ancorado a uma questão clínica concreta. Como este tema é inesgotável torna-se necessário circunscrever o campo a ser estudado mediante certos recortes metodológicos (Guirado, 1995). Este procedimento delimita e configura o objeto a ser estudado, além de propor um caminho para estudá-lo. O recorte determina o alcance, mas também os limites, do conhecimento que ele permite produzir. É neste sentido que se pode afirmar a dimensão epistemológica deste estudo.

A noção de recorte metodológico nos permitiu percorrer criticamente a literatura psicanalítica e identificar quatro caminhos possíveis - todos relevantes - para compreender o sintoma de Bia. Em lugar de optar por um deles, ou de colocar lado a lado argumentos que pertencem a níveis epistemológicos heterogêneos, preferimos identificar, sistematizar e percorrer estes quatro caminhos possíveis, que denominamos 'versões'. A primeira versão se apóia sobre os fundamentos de uma psicanálise estritamente clínica; a segunda é uma versão psicanalítico/sociológica; a terceira articula psicanálise e antropologia; a quarta versão se apóia sobre a dimensão social-histórica do inconsciente<sup>4</sup> ou, dito de outra forma, sobre o inconsciente de uma época - a pós-modernidade.

Cada versão procede de determinado recorte teórico-metodológico (epistemológico) efetuado no campo da relação psique-mundo. Partindo de determinada concepção de psique e um certo 'recorte de mundo', cada uma permite produzir uma interpretação diferente do caso Bia. De uma versão para outra, o conceito de psique bem como o modo de se compreender o fato psicopatológico em Psicanálise são progressivamente desconstruídos.

### **BIA, um Caso Exemplar**

Para nossos objetivos a descrição do caso será "macroscópica", focalizando a estrutura e a dinâmica psíquica de Bia. Passaremos ao largo da descrição "microscópica" das sessões e dos movimentos transferenciais/contratransferenciais da dupla.

A paciente, a mais nova de cinco irmãos, tem em torno de 40 anos, casada, duas filhas e é dona de casa. Quando ela tinha dois anos o pai abandonou a família para morar com

<sup>4</sup> Segundo a denominação de CASTORIADIS (1975), *L'Institution Imaginaire de la Société*. Paris, Éditions du Seuil, Cinquième Édition.

outra mulher. Segundo ela, o pai “se esqueceu que tinha uma filha”; ela praticamente não teve contato com ele. A análise evidenciou que este fato foi vivido por ela como uma recusa paterna em reconhecê-la como filha, o que teve graves conseqüências com relação a suas referências identificatórias. A mãe, de família brasileira muito tradicional, viveu este abandono como o fim de sua própria vida. Em seu contexto cultural, “uma mulher sem marido não é nada”. Mergulhada numa depressão narcísica, nunca mais teve qualquer vida social, cultural ou profissional. As referências identificatórias que transmitiu a Bia, conforme a análise pode revelar, foram as da exclusão. Esta dupla ferida narcísica - a dupla exclusão - foi por nós denominada de “sarjeta”, constituindo-se no núcleo identitário de Bia.

Como antecedentes, basta mencionar que Bia sempre teve “manias” de ordem e limpeza; também não suporta objetos quebrados ou manchados, tendo que substituí-los imediatamente por um novo, idêntico.

A primeira fase da análise, a “fase das empregadas”, revela claramente a indiferenciação Eu/não-Eu. A dependência vital do objeto primário se expressava por meio da relação com estas moças<sup>5</sup>, de quem esperava um amor ilimitado; esperava que elas não tivessem outro desejo que o de servi-la, o que a levava a recusar-lhes qualquer autonomia. A idealização inicial, a frustração e por fim o ódio permeavam constantemente esta relação. A cada vez que era abandonada, e isto era freqüente em vista do controle tirânico que exercia sobre elas, Bia sentia-se morrer psicologicamente. “Ser ou não ser”, era a questão. Esta fase durou aproximadamente quatro anos.

Na fase seguinte, a “fase das *griffes*”, parecia que, tendo sobrevivido, Bia procurava referências identificatórias. Nesta fase desenvolve uma compulsão a comprar roupas de *griffe*. Alguns fragmentos ilustram esta fase:

I - Bia voltou de viagem e a mala em que estavam todas suas roupas de *griffe* desapareceu. Bia se desespera e se desestrutura psicologicamente. Vive “como um robô”, na esperança de reencontrá-la. Descrevia-me carinhosamente os vestidos, as bermudas e os cintos que agora estavam tão longe dela. Imaginava em que aeroporto do mundo a mala poderia estar, à sua espera. Depois de algum tempo a companhia de aviação se ofereceu para pagar uma indenização. Bia recusou, pois era o mesmo que dar a mala por

<sup>5</sup> No Brasil é comum as famílias terem empregadas domésticas que residem na casa em que trabalham.

perdida. Neste caso, ela teria que ir à Suíça para comprar outro vestido idêntico da *griffe* A, a Miami para achar o mesmo cinto da *griffe* B, e assim por diante. Parecia-lhe mais viável esperar por mais algum tempo, até que a mala fosse localizada. Três meses depois a mala voltou, e a alegria de Bia só pode ser comparada à da volta de um filho sequestrado.

II - Bia foi assaltada num farol. Um ladrão armado tentou roubar seu relógio Rolex. Ela reagiu, saiu do carro e engalfinhou-se com ele até reaver seu Rolex. Relata-me o episódio sem qualquer noção do perigo de vida que efetivamente correu. Logo percebemos que era sem o Rolex que corria perigo de vida: sem ele, explica-me Bia, “eu não seria ninguém”.

III - Um sonho: está numa casa linda e enorme, do tipo “E o vento levou...”. Ela está prometida em casamento a um homem que não conhece. Tocam a campainha, é ele. Abre a porta e vê diante de si um homem lindo, vestindo uma capa Hermés, com uma echarpe Hermés, dirigindo um Mercedes. Ele a toma nos braços, diz-se profundamente apaixonado e promete fazê-la feliz para sempre.

O interesse do caso é que ele nos remete imediatamente, em função de seu sintoma, ao campo sociocultural. O universo das *griffes* tomado em sentido amplo<sup>6</sup> exerce um fascínio coletivo. Bia é um caso exemplar - uma caricatura - que pode revelar algo a respeito de nosso mundo e de todos nós. Como é possível que um comportamento comum, culturalmente determinado, ultrapasse o limiar daquilo que é socialmente esperado e se torne francamente patológico?

### Primeira Versão

#### 1. Pressupostos teóricos

Psique, nesta versão, é o inconsciente de Bia, produto de sua história emocional e das identificações com seus objetos primários (Freud, 1923). Esta estrutura é singular - a história das identificações de Bia é única - e individual -, o inconsciente está “dentro” dela, determinando a forma de ser de Bia e a maneira peculiar com que apreende emocionalmente o mundo.

---

<sup>6</sup> Há *griffes* de roupas, mas também podemos falar em revistas científicas de *griffe* internacional, de vinhos, viagens ou artistas de *griffe*.

O ‘recorte de mundo’ que configura esta versão é a realidade externa tal como experimentada pelo sujeito. O objeto externo adquire sentido psíquico para o sujeito - uma certa espessura emocional - a partir dos mecanismos projetivos, mais especificamente a identificação projetiva (Klein, 1934, 1946).

## 2. Primeira interpretação do caso Bia

Vimos que a ferida narcísica parece ter sido duplamente traumática para Bia. De um lado, uma mãe subitamente privada de referências identificatórias mergulha em depressão, tornando-se incapaz de um olhar narcisante com relação à filha pequena; o abandono do pai é vivido por ela como nova privação, desta vez com relação à principal referência narcísica para uma criança: o reconhecimento de uma filiação. Esta dupla falta se cristaliza em torno de uma representação: falta-lhe o nome do pai<sup>7</sup>, que a inclua. Isto a leva a identificar-se maciçamente com a exclusão, a que demos o nome de “sarjeta” - que desencadeia uma inundação de angústia persecutória e de fragmentação.

A dinâmica psíquica de Bia é circular e binária. Há apenas dois lugares psíquicos possíveis: a inclusão e a exclusão. Estes dois lugares são por ela ocupados alternadamente, com o agravante de que o objeto que ocupa o lugar “incluído” tripudia sadicamente sobre o objeto que ocupa o lugar “excluído”. Assim, a exclusão deve ser evitada a todo custo e a inclusão é idealizada defensivamente.

Por exemplo, se uma empregada não a trata com o “respeito devido a uma senhora de sua posição social”, ela se sente imediatamente a um passo da sarjeta. Nestas condições ela recorre à cisão e à projeção de seus próprios aspectos denegridos sobre a moça; isto lhe permite afastar-se da sarjeta, identificando-se com a inclusão - a “patroa”.

Esta manobra surte efeito por pouco tempo, pois logo a ‘sarjeta’ volta a assombrá-la. Por exemplo, ao encontrar uma colega de infância “de boa família” imediatamente vê-se ocupando o lugar da excluída, sujeita ao desprezo e sadismo deste objeto. É então que o recurso à *griffe* se torna indispensável para provar que também “é alguém”. A identificação projetiva tem a função defensiva de alocar neste objeto seus próprios aspectos narcísicos e idealizados, identificando-se a ele. Coberta de *griffes* da cabeça aos pés consegue esconjurar a sarjeta e encontrar-se com a colega.

---

<sup>7</sup>Nome do pai no sentido comum do termo; não há aqui referência ao conceito de Lacan.

“Ser alguém” é uma representação que se desdobra em várias outras, caracterizando todo um universo de *griffes* em sentido amplo, que têm o poder de mitigar sua angústia. Ser esposa de um alto executivo de boa família, morar num bairro chique, ter duas filhas bonitas que tocam piano e jogam tênis, viajar para os lugares “certos” e consumir as coisas “certas” nas lojas “certas” - estar excluída deste universo é ser remetida ao nada.

Nesta primeira interpretação a *griffe*, enquanto objeto que lhe garante distância da sarjeta, é uma solução sintomática particularmente feliz. Bia atribui, projetivamente, determinado sentido emocional a um objeto; este objeto assim criado “soluciona” a problemática relativa à ausência do nome do pai, mantendo-a relativamente compensada. Por outro lado o sintoma fica praticamente camuflado pela cultura.

A *griffe* é a representação que articula a patologia de Bia (psique) a um tema fornecido pela cultura (mundo).

### 3. Obstáculos epistemológicos da primeira versão

a. Esta versão não tem como considerar a especificidade cultural do sintoma de Bia. De acordo com seus pressupostos, qualquer objeto poderia ter sido “escolhido” defensivamente como suporte para a projeção de seus aspectos narcísicos. Ela poderia comprar flores, ou lavar as mãos, caso a solução sintomática de seus conflitos passasse por outra via; qualquer objeto poderia, hipoteticamente, preencher a mesma função psíquica que a *griffe*. Percebe-se que esta versão exclui quaisquer considerações de ordem sociocultural, uma vez que remete a compreensão de todo e qualquer sintoma ao campo da patologia individual. Ora, um indivíduo pode criar um delírio ou uma fantasia, mas não uma significação coletiva, que independe da história emocional singular.

b. A dimensão universal deste comportamento, que vai do socialmente esperado ao francamente sintomático, também não tem como ser abarcada a partir dos pressupostos teóricos que configuram esta versão. Sintomático ou não, o fenômeno extrapola o âmbito das individualidades. A psicopatologia não pode ser compreendida apenas a partir da vertente singular do Édipo.

Como dissemos acima, cada versão tem seu alcance, bem como seus limites, determinados pelo recorte metodológico efetuado. Os obstáculos epistemológicos nos obrigam a rever criticamente a concepção de psique e mundo com que trabalhamos na primeira versão. Devemos abrir espaço, em nossa concepção de psique, para a *historicidade*. A “metapsicologia não é uma ontologia do inconsciente, e sim uma teoria

para dar conta da vida psicológica de sujeitos históricos” (Freire Costa, 1986, p. 125). Além de ser a história das identificações singulares, a psique se constitui em determinado meio sociocultural, o que tingem o Édipo com as cores daquela época e lugar. Somos, portanto, obrigados a considerar as variações históricas da subjetividade. Esta ruptura epistemológica – a introdução da historicidade - nos encaminha para a segunda versão.

### **Segunda Versão**

#### **1. Pressupostos teóricos**

Psique, nesta versão, ainda é o inconsciente individual. Entretanto, ao lado da família edipiana consideramos também a família sociológica. As variações históricas ocorridas com a segunda afetam necessariamente a primeira. Abre-se um espaço para pensarmos a dimensão sociocultural da psique, isto é, as formas de subjetividade historicamente determinadas.

O ‘recorte de mundo’ se amplia: não é apenas o objeto externo, mas também o mundo sociocultural, que comparece como possível fator patogênico em si mesmo. De fato, se condições socioculturais adversas afetam concretamente a qualidade da relação do bebê com seus objetos primários, é inevitável encontrarmos repercussões deste fato sobre a forma de subjetividade resultante. Dito de outra forma, se a família sociológica está desestruturada, a família edipiana não tem como prover o bebê com uma maternagem suficientemente boa e tampouco uma adequada resolução dos conflitos edipianos. As conseqüências são conhecidas: uma fixação à fase pré-edipiana e um funcionamento mental com características predominantemente narcísicas.

Christopher Lasch (1979) é um sociólogo que se utiliza de categorias psicanalíticas para compreender a sociedade americana. O homem narcísico - a nova forma de subjetividade - é o produto do surgimento e da institucionalização de um novo tipo de superego. No lugar do superego edipiano, mencionado por Freud em *O Mal-Estar na Civilização*, o autor identifica, tanto no nível individual quanto cultural, um superego pré-genital. Este último, segundo Klein, se caracteriza por um sadismo e intolerância extremos que mergulham o sujeito em angústias de natureza esquizo-paranóides e mobilizam defesas primitivas. A primazia do superego pré-genital está na base das desordens do caráter e determina o modo psicótico de funcionamento mental.

Stephen Frosh (1991) faz o caminho inverso. É um psicanalista que se utiliza da sociologia para compreender a crise de identidade que assola o homem contemporâneo e o mal-estar na civilização. O argumento do autor corre em dois níveis diferentes, aparentemente contraditórios, mas imbricados. Diz Frosh: “Existem dois tipos de articulação, talvez contraditórios entre si, a serem feitos entre experiência pessoal e social. O primeiro é próximo do ponto de vista de alguns teóricos das relações de objeto: cada sujeito tem uma essência que requer relações plenas e íntimas com outras pessoas para se expressar. A falha no mundo contemporâneo em propiciar tais relações resulta numa distorção, num desvio com relação ao potencial natural do self [...] Uma segunda leitura da articulação entre a pessoa e o social não remete a uma natureza humana fragmentada, mas afirma que cada sociedade constitui subjetividades à sua própria imagem [...] A patologia narcísica apenas expressa as condições disruptivas da modernidade”(p.77).

Na realidade, o autor reconhece sua dificuldade em decidir se o narcisismo é um novo padrão de subjetividade - uma nova gramática emocional - ou uma patologia. O que nos importa aqui é que o narcisismo é visto tanto como um novo código instituído de apreensão da realidade quanto como entidade nosológica. Em nossa opinião, quando se aplica uma categoria diagnóstica psicanalítica à cultura, é inevitável que gramática emocional e patologia se superponham e confundam. Esta conclusão, longe de inviabilizar o argumento, abre uma via interessante para nossa segunda interpretação do caso Bia, como veremos.

Freire Costa (1986), um psicanalista de orientação freudiana, é o autor que, em nossa opinião, melhor resolve este impasse. Embora discordando que uma cultura possa ser patogênica, ele reconhece que pode ser fonte constante de violência emocional. Assim, no lugar de medicalizar o narcisismo contemporâneo como o fazem Lasch e Frosh, ele sustenta que o mal-estar na civilização é essencialmente de natureza moral e existencial; desta perspectiva busca compreender a especificidade do narcisismo da sociedade de consumo. “O mal-estar na cultura atual não se explica por um excesso qualquer de narcisismo, ligado à economia da experiência de satisfação [...] O narcisismo moderno é um *narcisismo regenerador*. O investimento compulsivo do próprio corpo que presenciamos é uma maneira encontrada pelo indivíduo de limitar os efeitos violentos da sociedade de consumo [...] Seu corpo e seu sexo monopolizam a libido objetual porque, como o “órgão lesado” ou “hipocondríaco” de Freud, tornam-se fontes de sofrimento, dor e ameaça de morte para o Eu [...] A insatisfação do homem urbano origina-se nesta



nova doença da cultura do consumo, ou seja, na convicção de que seu corpo está sempre aquém do padrão de normalidade decretado pela publicidade”(p.169; 181).

Embora o narcisismo regenerador não deva ser considerado uma patologia já que se trata de um sofrimento existencial, ainda assim a cultura pode tornar-se verdadeiramente patogênica. Isto ocorre nos casos em que ela “exige do indivíduo um desempenho psicológico que excede os meios de que dispõe para atingi-lo” (p. 77).

## 2. Segunda interpretação do caso Bia

Podemos falar, apoiados em Lasch e Frosh, numa superposição e num efeito de potencialização entre uma gramática emocional narcísica, típica de nossa época, e o narcisismo patológico de Bia: ambas problematizam as mesmas questões relativas a “ser alguém na vida”.

Como vimos na primeira versão, a representação central à identidade de Bia, a “sarjeta”, é conflitante com sua necessidade de “ser alguém”. Por outro lado, a cultura contemporânea propõe como ideal algo que esta mesma cultura torna inatingível, ameaçando de exclusão social aqueles que ficam excessivamente distantes do modelo proposto. Desta forma a cultura acentua a problemática de Bia, exigindo dela “um desempenho psicológico que excede os meios de que ela dispõe para atingi-lo”. Neste sentido a cultura pode ser considerada patogênica, e Bia recorre a comportamentos não codificados pela cultura - à psicopatologia - para fazer face a estas exigências.

Entretanto, é a noção de narcisismo regenerador que mais nos aproxima do sintoma de Bia. Uma compulsão a comprar roupas de *griffe* representa, sem dúvida, uma forma de investimento compulsivo do próprio corpo tal como formulado por Freire Costa. Da mesma forma, a obsessão com a beleza, magreza, saúde corporal e preparo físico fazem sentido desde essa perspectiva.

O caso Bia tem o mérito de iluminar o fato de que somos todos um pouco como ela: todos nós apresentamos, em maior ou menor grau, questões narcísicas agudizadas ou intensificadas pela cultura em que vivemos a que respondemos com comportamentos comparáveis ao dela. Em suma, parece que apresentamos, em algum grau, o mesmo “sintoma”, embora de forma subclínica.

É importante ressaltar que, da primeira para a segunda versão, passamos de um recorte epistemológico que privilegia o particular, a singularidade, para outro mais apto à compreensão de uma forma subjetiva mais geral, da qual Bia é um caso exemplar.

### 3. Obstáculos epistemológicos da segunda versão

a. Embora já possamos abordar a especificidade cultural do sintoma de Bia, como diferenciar, entre si, todas estas formas de investimento compulsivo do corpo? Afinal, comprar *griffes* não é o mesmo que “malhar”. A compreensão de que a psique reage defensivamente à violência da sociedade de consumo não é suficiente para compreender o desenvolvimento de algo tão particular como as *griffes*. Isto nos leva a supor que há na sociedade de consumo uma dimensão produtiva bastante específica, que “inocula” ativamente, em nível coletivo, este modo de ser.

Este obstáculo nos obriga a nova ruptura epistemológica, desta vez pela introdução da linguagem - e portanto dos sistemas simbólicos instituídos - no seio da concepção de psique. Com mais este movimento de desconstrução, encaminhamo-nos para a terceira versão.

b. Um segundo obstáculo diz respeito à concepção de psicopatologia como *disfunção* do aparelho psíquico. Em termos um tanto crus, na segunda versão Bia é doente porque exagera. Em termos mais psicanalíticos, há um excesso de identificação projetiva, ou um déficit de simbolização. O problema é que o patológico, no campo da doença mental, não se reduz a uma disfunção - excesso ou falta de uma função psíquica qualquer. Há também uma alteração qualitativa, algo novo é criado pelo psiquismo quando Bia faz uma equivalência concreta entre a griffe e seu próprio nome. Esta criação, este algo a mais, pode ser formulado como *dissenso simbólico* com relação ao grupo social. A doença mental, segundo Foucault, implica uma nova forma de conceber o mundo e atribuir-lhe sentido. “É somente por um artifício de linguagem que podemos emprestar o mesmo sentido às doenças do corpo e às ‘doenças do espírito’”(p.17).

Este segundo obstáculo nos obriga a um primeiro movimento de desconstrução do ‘fato psicopatológico’: sem negar a psicopatologia, desmedicalizamos radicalmente o sintoma, remetendo-o ao campo da *linguagem*. Com esta ruptura epistemológica cruzamos a fronteira entre uma psicanálise de orientação inglesa e outra francesa. Uma terceira versão se torna necessária para dar conta, não mais do sintoma enquanto defesa ou disfunção, mas da dimensão positiva e específica do sintoma de Bia.

### Terceira Versão

#### 1. Pressupostos teóricos

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913) propõe um mito de origem para as instituições e postula um inconsciente filogenético, isto é, significações operantes herdadas e transmitidas intergeracionalmente, que precedem o indivíduo. O Édipo individual se apóia, posteriormente, sobre estas significações (Kaës, 1991). A concepção de psique como coletiva e anterior ao sujeito psíquico será desenvolvida nesta versão.

Psique é uma continuidade entre “dentro” e “fora”, entre indivíduo e instituições. As instituições precedem o sujeito psíquico e fundam suas matrizes simbólicas; e o sujeito psíquico assim constituído é parte, por sua vez, das instituições. Em outras palavras, “o sujeito psíquico é constituído nas, e é constitutivo das relações institucionais concretas” (Guirado, 1995, p. 128).

Kaës (1991) também se refere a esta continuidade entre “dentro” e “fora”. Segundo ele, esta concepção pressupõe um descentramento radical da subjetividade: “foi-nos necessário admitir que a vida psíquica não está exclusivamente centrada num inconsciente pessoal, que seria uma propriedade privada do sujeito individual. Paradoxalmente, uma parte dele mesmo, que o mantém em sua identidade e que compõe seu inconsciente não lhe pertence propriamente, mas às instituições sobre as quais se apóia e que se mantém por este apoio” (p. 5). O autor nomeia este psiquismo descentrado: são as formações psíquicas intermediárias ou *bifaces* que se situam “entre o espaço psíquico do sujeito singular e o espaço psíquico constituído pelo seu agrupamento na instituição [...], exercem uma função na economia psíquica de ambos” (p. 8; 14). Um dos bifaces é o contrato narcísico, sobre o qual falaremos adiante.

O ‘recorte de mundo’ nesta versão é a ordem simbólica que se dá a ver nas práticas e discursos da instituição. “Instituição é uma rede simbólica socialmente sancionada [...] que atribui significações operantes à realidade” (Castoriadis, 1975, p. 162; 184). Isto significa que estas significações tornam-se operantes para o psiquismo de todos os indivíduos inseridos naquela cultura, encontrando “seus pontos de apoio sobre o inconsciente dos indivíduos” (Castoriadis, 1975, p. 201).

Durante a *psicogênese*, a psique materna funciona como uma instituição uma vez que transmite ao *infans*, através da linguagem, suas próprias significações operantes; neste

sentido ela funciona para ele como prótese psíquica (Aulagnier, 1975, p. 105-8). Todas as instituições sociais funcionam, potencialmente, como prótese psíquica; à diferença da mãe, que deve poder renunciar à posse do espaço psíquico do infans, as instituições “visam ocupar a totalidade do espaço psíquico dos indivíduos, que não podem mais se separar dela e imaginar outros comportamentos possíveis” (Kaës, p. 58). Já a *sociogênese* da psique requer um terceiro elemento que rompa a mônada narcísica que o bebê forma com sua mãe. Esta ruptura se dá pela imposição, à psique, de elementos heterogêneos a ela - são as significações operantes socialmente instituídas, isto é, que fazem parte do patrimônio cultural no qual a criança está inserida.

Compreende-se que a instituição tenha a necessidade, para sua sobrevivência, de indivíduos que reproduzam fielmente seu discurso. Esta reprodução é assegurada pelo *contrato narcísico*: a instituição garante ao indivíduo referências identificatórias e narcísicas independentes do veredicto parental e, em troca, este garante sua continuidade tornando seu o discurso instituído (Aulagnier, 1975).

## 2. A sociedade de consumo: um sistema simbólico

Seguiremos as idéias de Baudrillard desenvolvidas em *Le Système des Objects* (1968), *A Sociedade de Consumo* (1970) e *Para uma Crítica da Economia Política do Signo* (1972).

O consumo é um sistema cultural. Assim sendo, não cabe considerá-lo como um comportamento individual e autônomo: trata-se de uma atividade coletiva com manifestação individual. Também não se pode compreendê-lo como uma simples relação entre ‘pessoas’ e ‘coisas’ baseada na necessidade, no prazer ou na utilidade. Este nível existe, evidentemente, mas é consciente e não caracteriza o consumo enquanto sistema cultural.

O campo do consumo implica a articulação entre uma lógica social inconsciente e a lógica do desejo, também inconsciente. A lógica social ordena a produção das diferenças hierárquicas: o sistema tem necessidade da desigualdade social e cria, para garanti-la, mecanismos de diferenciação e hierarquia. Estes mecanismos remetem àquilo que é específico do consumo: a lógica que faz, de todos os objetos, signos de prestígio social. Assim, um relógio não vale enquanto utensílio que marca as horas, nem como símbolo de uma amizade: vale pelo prestígio de sua marca, como o Rolex de Bia. Os signos, cujo sentido é arbitrário, ganham valor distintivo na relação com outros signos formando,

desta forma, um sistema de comunicação que permite aos indivíduos “lerem” a inserção social de cada um. O sistema de signos institui significações coletivas que funcionam como uma linguagem.

Uma das significações instituídas por este sistema diz respeito à “dimensão de salvação pelo objeto”, expressão de Baudrillard (1970, p. 59). O sistema oferece ao sujeito a possibilidade de apossar-se dos signos de status social, como se fossem brasões de família, outrora privilégio de poucos. O objeto antigo e o objeto assinado, desde que legítimos, são signos que testemunham a inserção social privilegiada do sujeito. A *griffe* é uma significação instituída pelo sistema simbólico da sociedade de consumo; ela tem o poder, garantido, sancionado e reconhecido por todos, de inserir seu possuidor num lugar social privilegiado hierarquicamente. Em duas palavras, a *griffe* tem o poder de nos dizer quem somos.

### 3. A publicidade e o imaginário

Vimos que, para realizar suas próprias finalidades, a instituição deve mobilizar aspectos psíquicos individuais. O que possibilita esta dupla mobilização são formações psíquicas intermediárias - bifaces - entre o espaço psíquico singular e o espaço psíquico constituído por seu agrupamento na instituição. A publicidade funciona como um biface cuja função é ancorar o sistema simbólico da sociedade de consumo sobre o imaginário individual.

Segundo Baudrillard (1968) a publicidade não se torna eficaz por operar uma persuasão subliminar, nem por convencer o consumidor da superioridade de um produto qualquer. Sua eficácia lhe advém da “lógica do Papai Noel” (p. 232). Embora não acreditemos na fábula ela nos captura em função dos aspectos profundamente regressivos que mobiliza. Acreditamos na publicidade porque ela se transforma, regressivamente, na mãe idealizada da primeira infância, em cuja capacidade ilimitada de gratificação acreditamos - e tanto mais quanto esta fantasia estiver recalçada.

É evidente que esta crença envolve a participação ativa e o interesse recíproco da mãe e da criança (biface) ou, no nosso caso, da sociedade de consumo e do consumidor. A publicidade constrói um discurso explícito sobre a superioridade de um produto, mas o que transpira nas entrelinhas, e nos captura, é seu enorme empenho em nos agradar, em nos persuadir de algo. Ficamos sensibilizados por este esforço de proteção e gratificação. Como não aderir a esta fábula sobre o fluxo ilimitado de amor que a sociedade de consumo nos dispensa através de seus produtos? Como recusar todos os benefícios que ela nos proporciona?

Assim, ao visar, de forma precisa, o indivíduo em suas fantasias mais regressivas, a publicidade consegue recrutá-lo e contar com seu apoio. Ela promove um conluio afetivo e ideológico entre o indivíduo e a instituição. É evidente que há um aspecto profundamente perverso no contrato narcísico firmado entre ambos. A oferta de amor ilimitado é imaginária, mas aquilo que a instituição exige em troca é algo bem real: o consumo. “É a liberdade, as necessidades e o gozo do indivíduo que lhe são extorquidos pelas forças produtivas do sistema”.

#### 4. Terceira interpretação do caso Bia

A fase das empregadas nos mostrou o vigor das fantasias regressivas de Bia. Em função da idealização com que as investia esperava dedicação e amor absolutos. O discurso publicitário figura, implicitamente, a sociedade de consumo como uma mãe amorosa e solícita. Vimos que este imaginário captura a todos em algum grau; no caso de Bia, dirige-se de forma direta e precisa a suas fantasias, o que lhe permite trocar as empregadas que a abandonam pela sociedade de consumo, que está sempre lá. A sobrevivência psíquica está garantida. Agora ela deseja saber quem é, que lugar psíquico pode ocupar, onde está incluída. A fase das *griffes* mostra seu empenho férreo e desesperado em negar a exclusão.

A sociedade de consumo, solícita como sempre, irá ao encontro dos novos anseios de Bia. Sua função é, precisamente, fabricar signos de prestígio que nos incluem na hierarquia social, que nos atribuem um lugar social privilegiado, narcisicamente investido e independente do veredicto parental. A *griffe* tem o poder de nos dizer quem somos, como bem mostra o fragmento clínico relativo ao roubo do Rolex.

Assim, mais uma vez, a sociedade de consumo se apresenta para Bia como a instituição que tem a função, o desejo e o poder de revogar o veredicto parental, a dupla ferida narcísica, a “sarjeta”. Bia será redimida de seu passado; o pai e a mãe a excluíram mas a *griffe*, como uma fada madrinha, tem o poder de incluí-la. Como se não bastasse, tem, ainda, o poder de brindá-la com um lugar social prestigioso, e com o mais importante: novas referências identitárias. Basta comprá-las.

O contrato narcísico entre o sujeito e as instituições prevê que, em troca de referências identitárias, reconhecimento e um lugar a ser ocupado, o sujeito deve pagar com parte de seu espaço psíquico: deve tornar suas as práticas e os discursos da instituição, garantindo

sua sobrevivência. O preço a ser pago depende, naturalmente, da magnitude dos benefícios auferidos.

No caso de Bia é evidente que ela recebeu da instituição absolutamente tudo, no que diz respeito à sua identidade. A sociedade de consumo a salva do colapso psicótico. O preço a ser pago é proporcional: Bia doa a totalidade de seu espaço psíquico à instituição, comprindo à risca, sem se desviar um milímetro, as exigências contratuais. Sua comida é o fast-food, seu lazer é o shopping center, seu turismo é Disney e Hollywood; não surpreende que compre roupas de *griffe* de forma compulsiva.

Bia está ‘viciada’ (Elliott, 1994, 1996) em *griffes*, prótese psíquica<sup>8</sup> que não pode mais ser dispensada. Na primeira versão Bia criava, projetivamente, a *griffe* entendida como objeto externo indispensável; na terceira versão é a *griffe* que cria Bia, na exata medida em que se transforma na representação central de sua identidade.

Todos nós estabelecemos contratos narcísicos com a sociedade de consumo, bem como com outras instituições. Bia, entretanto, o faz com exclusividade com uma única instituição – daí o aspecto caricatural do caso. Dizemos, então, que sua psique não lhe pertence mais, que está alienada no discurso da instituição.

Compreende-se, agora, o *continuum* que existe entre o consumo “normal” e aquele que ultrapassa o limiar da normalidade. Quando a totalidade das referências identitárias são fornecidas pela sociedade de consumo, a *griffe* se torna uma questão de vida ou morte: podemos falar em dissenso simbólico.

Nossa questão-problema sobre as condições de possibilidade do sintoma de Bia está respondida. Não há propriamente um obstáculo epistemológico a ultrapassar. Entretanto, nossa curiosidade é atraída por outros sintomas culturalmente determinados, isto é, outros comportamentos ‘exagerados’ - outros ‘vícios’ típicos de nossa época. Por exemplo, os workaholics, os viciados em ‘malhar’, em TV, internet, videogames, em álcool e/ou drogas, em comer e/ou emagrecer, em ‘adrenalina’ – esportes radicais com emoções intensas. Haveria algum fator, em nossa época, determinando uma forma de subjetividade tão propensa às adições?

Para responder a esta questão faz-se necessária uma ruptura epistemológica que nos permita passar do particular (comprar *griffes*) ao geral (outras formas de adição).

<sup>8</sup>Expressão de Piera Aulagnier (1975).

Novamente, tal como aconteceu da primeira para a segunda versão, é a introdução da historicidade no conceito de psique que propiciará este salto. A redefinição de psique configura uma quarta versão, apta à compreensão desta forma de subjetividade que estamos chamando, por enquanto, de ‘aditiva’ ou ‘propensa à adição’. Desejamos investigar a possibilidade de uma linhagem psicopatológica específica da pós-modernidade<sup>9</sup>.

### **Quarta Versão**

#### **1. Pressupostos teóricos**

As formas simbólicas que se institucionalizam a cada época são criações daquilo a que Castoriadis denomina imaginário radical ou dimensão social-histórica do inconsciente. As significações operantes na linguagem – aquilo que o homem cria como ‘necessidades’ e os meios que provê para sua satisfação – admitem uma ordem de determinação inconsciente.

Localizamos a ruptura epistemológica a que aludimos precisamente no deslizamento do lugar da linguagem: na terceira versão, ela precede e determina o sujeito psíquico; na quarta versão ela será tomada como positividade, admitindo agora sua própria ordem de determinação. Este deslizamento indica que a linguagem é, também ela, historicamente determinada.

Segundo Herrmann (1994), o inconsciente de uma época restringe certas formas de ser possíveis, mas principalmente obriga a outras, isto é, tem uma importante dimensão produtiva. Ele denomina este inconsciente de psique do real. “É um sistema de pressupostos inconscientes que, não sendo estritamente individuais, fazem com que pessoas, grupos e obras sofram uma restrição da gama de seus sentidos possíveis, limitando-se a exprimir o repertório de significação consensual. Este inconsciente generalizado e potencial não desfruta de qualquer substância ontológica distinta daquela de suas manifestações: a psique do real está entranhada no seio das coisas e dos fatos” (p. 308-9).

Em outro texto (Herrmann, 1997), ele sustenta que este inconsciente é inabarcável como um todo; para estudá-lo há que delimitar um campo, um recorte que permita

---

<sup>9</sup> Pós-modernidade é um conceito controverso, mas não pretendemos entrar nesta polêmica. Há, na opinião de vários autores, evidências de mudanças históricas importantes na maneira de perceber e sentir o mundo, de pensar e de agir que justificam o uso deste termo.



apreender a especificidade da ordem de determinação de algum setor de nossa realidade cotidiana. No caso que nos interessa, desejamos mapear a lógica que produz certa forma de subjetividade e psicopatologia típica da pós-modernidade.

## 2. A pós-modernidade: uma nova forma simbólica

Segundo Jameson (1983, 1984) “a nova área de atuação do capitalismo tardio é a própria representação”. Ora, a representação, como sabemos, é a matéria prima da vida psíquica, tanto na normalidade quanto na psicopatologia. Se o capitalismo tardio está atuando sobre ela, desejamos saber como e com quais conseqüências. Ainda segundo Jameson, a pós-modernidade está relacionada com duas crises profundamente interconectadas: a crise da representação e a crise de legitimação - esta última, como veremos, conseqüência da primeira.

Appignanesi & Garratt (1995) identificam já em Picasso os primórdios da crise da representação. “De onde provém esta violência à representação realista?”, perguntam eles diante de *Les Demoiselles de Avignon*. O Cubismo avança na decomposição da representação da realidade remetendo-a a formas geométricas simples. A arte abstrata recusa, finalmente, a própria possibilidade de representação da realidade.

A crise da representação tem sido estudada no âmbito da estética e da cultura em geral. A crise de legitimação mostra reflexos no campo da história, política, sociologia, semiótica, etc. Na psicanálise, Herrmann (1997) tem se dedicado ao estudo da crise da representação e suas derivações no campo da psicopatologia. Segundo este autor, os passos da crise da representação que desemboca na incredibilidade diante da realidade cotidiana podem ser esquematizados, a grosso modo, como se segue:

- a. A apreensão da realidade é sempre subjetiva.
- b. Radicalizando esta proposição, uma vez que os fatos são incognoscíveis, sua interpretação é mais relevante do que eles. As idéias passam a ocupar o lugar dos fatos, que ficam desqualificados.
- c. Radicalizando-se ainda mais, afirma-se que todas as interpretações são igualmente verdadeiras, valendo mais aquela que melhor convencer o interlocutor. Agora a idéia cria o fato: estamos no universo da hiperrealidade e do simulacro.
- d. Este regime de pensamento, em que as interpretações criam a realidade, produz no sujeito uma descrença crônica que já é o que estamos chamando de crise da representação da realidade. Como pensar a respeito do mundo e de si próprio, se nada é o que parece?

Como avaliar os fatos, transformar esta avaliação num projeto, e agir no sentido de atingir determinada finalidade?

e. Na ausência de qualquer critério de valor ou verdade para avaliar os fatos, resta à psique o recurso defensivo à ação, numa fusão de pensamento e ato. O pensamento deixa de motivar o ato, coagulando-se em *ato puro*, sintoma da crise da representação.

Herrmann (1997) define o ato puro como “forma de pensamento concentrado que se desvirtuou completamente, perdendo os vínculos lógicos com o conjunto das idéias, bem como os vínculos veritativos com o mundo empírico. Dá-se em atos que constroem suas próprias razões e se auto-demonstram” (p. 158). A lógica do ato puro, que pode ser considerada uma nova forma simbólica, característica de uma sociedade que vive sob o império da imagem, se encarna tanto no funcionamento das instituições quanto na maneira de ser do sujeito contemporâneo. Estão dadas as condições de possibilidade mais gerais para uma nova forma psicopatológica, a que Herrmann denomina *psicose de ação*.

Nesta mesma direção, Lyotard (1969) define a condição pós-moderna como uma incredulidade diante das metanarrativas, conjunto de teorias que explicitam a visão de mundo de uma época e que conferem uma finalidade à ação humana: é a crise de legitimação. As duas metanarrativas que legitimavam a busca de conhecimento científico, a filosófica e política, sustentavam a emancipação da humanidade pela via do progresso científico. O que justifica a existência de um sistema qualquer na ausência de uma finalidade clara a ser atingida? Segundo Lyotard, é o *princípio da performatividade*, ou seja, o que legitima um sistema é sua eficácia: a ação eficaz se torna sua própria razão de ser. “O que importa não é que tipos de pesquisa levarão à descoberta de fatos verificáveis, mas que tipo de pesquisa vai funcionar melhor, onde funcionar melhor significa produzir mais pesquisas na mesma linha”(p. 33).

A autolegitimação pelo princípio da performatividade de Lyotard mostra estreitas relações com a noção de ato puro. Em ambos os casos a conseqüência da desvinculação entre o ato e sua finalidade original é sua proliferação ao infinito - como uma célula cancerosa - independentemente de qualquer finalidade externa a ele até que a saturação lhe impeça os movimentos.

### 3. Quarta interpretação do caso Bia

Na quarta versão, o sintoma de Bia é entendido como expressão individual da forma simbólica predominante na vigência da hiperrealidade, à qual corresponde uma nova estrutura psicopatológica.

“O ato puro, em que se desconectam pensamento e ação, é a figura emblemática da psicose de ação que acomete nossa sociedade [...] A forma branda deste fenômeno está representada por uma tendência ao imediatismo dos projetos e à rapidez da satisfação. A forma mais severa, pelo ato puro e conseqüente psicose de ação. Na psicose de ação, o delírio transforma-se em ato, ou seja, perdem-se todas as representações e o trabalho de organizá-las, mentirosamente ou não, e o sujeito só se reconhece nos efeitos de seus movimentos concretos. Socialmente, a psicose de ação consiste na prevalência absoluta dos meios sobre os fins - meios para produzir mais e melhores meios de produzir mais meios [...] A psicose de ação é também uma doença, no sentido psiquiátrico comum, que afeta cada vez mais amplamente a clientela dos consultórios psicanalíticos” (Herrmann, 1997, p. 171-2).

Considerando de perto o sintoma, Bia não pensa que é Calvin Klein, o que poderia configurar um delírio de nobreza contemporâneo. Isto corresponderia apenas a um novo tema para uma forma psicopatológica clássica. O que se observa é uma coisa bem diferente. Bia apresenta uma necessidade incompreensível e irredutível de provar incessantemente sua inserção social privilegiada mediante a *compra compulsiva* da roupa Calvin Klein. As representações de nobreza ou de status social, essenciais à sustentação de sua identidade, estão alocadas no *ato* de comprar roupas de *griffe*.

Isto no que diz respeito à estrutura psicopatológica. O que dizer quanto às formas particulares – os temas ou conteúdos – que ela pode assumir? Por que Bia compra griffes, e não panelas? E o que pode haver de comum entre o sintoma de Bia, a busca obsessiva de certo ideal estético e viciar-se em internet?

O que se observa, ao lado deste novo universo de formas simbólicas, é que o mundo submete o ego a uma contradição que o dilacera do ponto de vista narcísico. De um lado, sua auto-estima é diretamente proporcional à capacidade de ter um projeto e executá-lo de forma exitosa; de outro lado, a ação individual eficaz é praticamente impossível num mundo tão massificado e tecnologizado. Assim, o tema do ato puro, passível de se transformar numa determinada modalidade de psicose de ação, será aquele que tem

valor narcísico para aquele indivíduo em particular. Para uns, será a *griffe*, para outros, a beleza ou a internet. Desta perspectiva, simplesmente não há condições de possibilidades culturais para uma compulsão a comprar panelas.

Os conteúdos ou temas da psicose de ação são narcisicamente relevantes. Para Bia, é o nome famoso, signo de status social. Entretanto, cabe perguntar o que torna sua busca infundável. De um lado, obviamente, a estrutura psicopatológica: o ato puro tende a repetir-se a cada vez que as representações da identidade são solicitadas, isto é, sempre - “compro, logo existo”. Mas a natureza do objeto em questão, a *griffe*, tem também sua participação na ciranda enlouquecida.

A *griffe*, representação de status análoga aos brasões de família, é uma representação fabricada pela mídia. O processo de fabricação desta representação envolve a reificação, num determinado signo, de um setor prestigioso, mas desacreditado, da realidade. Em que consiste, atualmente, a nobreza ou status social a que Bia tanto aspira? Antigamente, esta representação correspondia a uma realidade com substância própria: o nome de família, suas terras, castelos, tradições, objetos e história. Atualmente, os índices de status social perderam sua substância natural; não passam de signos cujo processo de fabricação sequer é ocultado. A visibilidade deste processo corrói, abala e destrói a credibilidade na realidade, aprofundando e potencializando a crise da representação que visava eludir: quanto mais signos são criados como equivalentes de certo setor da realidade, mais ela perde substância, mais desacreditada ela se torna, e mais necessitamos de signos que atestem a realidade desaparecida. Perpetua-se o círculo vicioso da psicose de ação.

Aqui é necessário um cuidado. Esta entidade nosológica não corresponde a uma realidade empírica. Trata-se de um nome, de uma construção cuja validade e coerência é relativa ao referencial teórico que embasa a quarta versão. Ao nomear uma nova entidade ela passa a ter direito de cidadania, servindo como ponto de partida para a investigação científica de uma série de comportamentos que parecem se inscrever numa mesma linhagem psicopatológica.

### **À Guisa de Conclusão**

O estudo do sujeito psíquico no mundo contemporâneo exige, como instrumento, alguma teoria da relação psique-mundo. A psicanálise tem sido usada por estudiosos em

ciências humanas sem que ela mesma tivesse sistematizado suas diferentes concepções de relação psique-mundo. Como consequência, é freqüente a superposição de diferentes teorias, pertencentes a níveis epistemológicos diversos, em trabalhos desta natureza. Neste trabalho procuramos sistematizar quatro maneiras de conceber esta relação demonstrando, ainda, através das interpretações do caso Bia, as consequências de se operar com cada uma delas.

#### Summary

*This paper goes into the relationship between the psyche and the world in four epistemological versions, having as their basic reference a case of compulsion to buy. The first version takes the psyche at an individual level, privileging the notions of conflict, defense and symptomatic solution. The second considers the socio-cultural stressors of the culture of narcissism and its reflections on the Oedipal family. The third looks at the psyche in its symbolic dimension, considering consumer society from this point of view. Finally, the fourth approaches the psyche as the unconscious structure of a period. In this sense, postmodernism and its specific psychopathology are related to a historically new symbolic form. Each version produces a different interpretation of the clinical case.*

#### Bibliografia

- Appignanesi & Garrat (1995) *Introducing Postmodernism*. New York, Totem Books.
- Aulagnier, P. (1975) *A Violência da Interpretação: do Pictograma ao Enunciado*, trad. Maria Clara Pellegrino. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1979.
- Baranger, W. (1981) *Posição e Objeto na Obra de Melanie Klein*, trad. Maria Nestrovsky Folberg. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Baudrillard, J. (1968) *Le Système des Objets*. Paris, Gallimard.
- Baudrillard, J. (1970) *A Sociedade de Consumo*, trad. Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 1991.
- Baudrillard, J. (1972) *Para uma Crítica da Economia Política dos Signos*, trad. Aníbal Alves. Rio de Janeiro, Elfos Editora 1995.
- Baudrillard, J. (1981) *Simulacros e Simulação*. Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1991.
- Baudrillard, J. (1983) *Les Stratégies Fatales*. Paris, Bernard Grasset.
- Calligaris, C. (1996) *Crônicas do Individualismo Cotidiano*. São Paulo, Editora Ática.
- Castoriadis, C. (1975) *L'Institution Imaginaire de la Société*. Paris, Éditions du Seuil, Cinquième Édition.

- Elliot, R. (1994) "Addictive Consumption: Function and Fragmentation in Postmodernity". *The Journal of Consumer Policy*. Vol. 17, 2, p. 159-179.
- Elliot, R.; Eccles, S. & Gournay, K. (1996) Revenge, Existential Choice and Addictive Consumption. Inédito, recebido por e-mail.
- Foucault, M. (1954) *Doença Mental e Psicologia*, trad. Lilian Rose Shalders. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 5a edição, 1994.
- Freire Costa, J. (1986a) "Saúde Mental, Produto da Educação?", in: *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal, 2a edição.
- Freire Costa, J. (1986b) "Sobre a geração AI-5: violência e narcisismo", in: *Violência e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Graal, 2a edição.
- Freire Costa, J. (1986c) "Da cor ao corpo: a violência do racismo", in: *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal, 2a edição.
- Freud, S. (1913) "Totem e Tabu", in: *Totem e Tabu e Outros Trabalhos*, trad. Jaime Salomão. Vol. XIII, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- Freud, S. (1914) "Introdução ao Narcisismo", in: *A História do Movimento Psicanalítico: Artigos sobre Metapsicologia*, trad. Jaime Salomão. Vol. XIV, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- Freud, S. (1917) "Luto e Melancolia" in: *A História do Movimento Psicanalítico*, trad. Jaime Salomão. Vol. XIV, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- Freud, S. (1923) "O Ego e o Id", in: *O Ego e o Id uma Neurose Demoníaca do Século XVII*, trad. Jaime Salomão. Vol. XIX, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Rio de Janeiro. Imago, 1974.
- Freud, S. (1929) "O Mal-Estar na Civilização", in: *O Futuro de Uma Ilusão. O Mal-Estar na Civilização*, trad. Jaime Salomão, Vol. XXI, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro. Imago, 1974.
- Frosh, S. (1991) "Identity Crisis: Modernity, Psychoanalysis and the Self". New York, Routledge.
- Guirado, M. (1995) "Psicanálise e Análise do Discurso: matrizes institucionais do sujeito

- psíquico”. São Paulo, Summus Editorial.
- Herrmann, F. (1992) “O Divã a Passeio: à procura da Psicanálise onde não parece estar”. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Herrmann, F. (1994) “Mal-estar na Cultura e a Psicanálise no Fim do Século”, in: Junqueira Filho, L. C. & Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (org.) *Perturbador Mundo Novo: História, Psicanálise e Sociedade Contemporânea*. São Paulo, Escuta.
- Herrmann, F. (1997) “Psicanálise do Quotidiano”. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Jameson, F. (1983). “Postmodernism and Consumer Society”, in: Foster, H. (org.). *The Anti-Aesthetic, Essays on Postmodern Culture*. Washington, Bay Press, eighth printing, 1993.
- Jameson, F. (1984) “The Cultural Logic of Late Capitalism”, in: *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, Duke University Press, third printing, 1992.
- Kaës, R. (1991) “Realidade Psíquica e Sofrimento nas Instituições”, in: Yazigi, L. (coord.). *A Instituição e as Instituições: estudos psicanalíticos*, trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Klein, M. (1934) “Uma contribuição à Psicogênese dos Estados Maníaco-Depressivos”, in: *Contribuições à Psicanálise*, trad. Miguel Maillat. Editora Mestre Jou, 1ª edição, 1970.
- Klein, M. (1946) “Notas Sobre Alguns Mecanismos Esquizóides”, in: Riviere, J. (org.). *Os Progressos da Psicanálise*, trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Klein, M. (1952) “Algumas Considerações Teóricas Sobre a Vida Emocional do Bebê”, in: Riviere, J. (org.) “Os Progressos da Psicanálise”, trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Lasch, C. (1979) “A Cultura do Narcisismo, a vida americana numa era de esperanças em declínio”, trad. Ernani Pavanelli. Rio Janeiro, Imago, 1983.
- Lasch, C. (1984) “The Minimal Self, Psychic Survival in Troubled Times”. New York, Norton.
- Lyotard, J. F. (1979) “The Postmodern Condition: a Report on Knowledge”. University of Minnesota Press, 9th print, 1993.
- Rosenau, P. M. (1992) “Post-modernism and the Social Sciences”. Princeton University Press.